



Os Surdos e a surdez: contradições sobre o conceito – de que lado está a educação?

**The deaf and deafness: Contradictions about
the concept – in what side do the education stand?**

Eduardo de Campos Garcia¹⁶

RESUMO

Este artigo tem a intenção de provocar a reflexão em torno de dois conceitos que, embora tenham sido naturalizados como constituintes da identidade surda, possivelmente são, no território da biopolítica, antagônicos. O artigo tem como base as informações que foram trazidas em um dos capítulos da minha tese de doutorado na qual questões sobre a formação da identidade e comunidade de surdos

ABSTRACT

This article is intended to provoke reflection about two concepts that, although they have been naturalized as a constituent of deaf identity, are possibly in the territory of biopolitics, antagonistic. The article is based on information that has brought in one of the chapters of my doctoral thesis in which questions about the formation of identity and deaf community were raised,

¹⁶ Doutor e Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo. Especialista em LIBRAS pela FIJ-RJ. Professor convidado da Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo, Professor bolsista do Instituto Federal do Paraná. Professor e pesquisador do departamento de Educação da Universidade Nove de Julho de São Paulo, UNINOVE-SP. Site oficial: www.eduardocg.net . Contato: prof.eduardocg@gmail.com

foram levantadas, entre essas, os significados atribuídos às palavras surdo e surdez (não são sinônimas). Por uma questão de organização, o artigo tem como ponto de partida o discurso socioantropológico, cujo princípio abrange a defesa dos grupos minoritários e, entre esses, a comunidade de surdos, perpassa pelo poder clínico e sua perpétua ação para promover a naturalização do seu discurso em diversas instâncias sociais e chega na atual formação do discurso que abarca e se reproduz fazendo da "surdez" uma marca "a favor/contrária" da identidade surda. A análise crítica, aqui exposta, alerta que é preciso ter cautela quando o conceito de surdez se torna naturalizado na pessoa e na comunidade de surdos porque surdez, a priori, é um conceito que contradiz as tentativas de compreensão de que surdo é uma identidade étnico linguística. Surdez não faz referência à cultura, mas à qualidade patológica. A surdez, quando naturalizada, dissolve toda a luta das pessoas surdas em função do seu direito como brasileiro e como povo. Conserva-a, sem que se dê conta, no estágio patológico instituído no século XIX sobre *Les maladies de l'oreille*. Portanto, surdez não se relaciona com identidade - a menos que essa demarque mal funcionamento do ouvido -, mas com enunciação de um corpo identificado clinicamente como patológico.

Palavras-chave:

Surdo. Surdez.
Identidade Patológica.

among these, the meanings attributed the deaf words and deafness (are not synonymous). As a matter of organization, the article takes as its starting point the discourse anthropological partner, whose principle covers the protection of minority groups and among these the Deaf community, moves through the clinical power and its perpetual action to promote the naturalization of his speech in various social bodies, and arrives in the current formation of the discourse that embraces and reproduces making "deafness" a brand "for / opposite" of deaf identity. The review, here exposed, warns that caution is needed when the concept of deafness becomes naturalized in person and in the deaf community because deafness, a priori, is a concept that contradicts attempts to understanding that deaf is an ethnic identity linguistics. Deafness does not refer to culture, but the pathological quality. Deafness, when naturalized, dissolves all the struggle of deaf people in terms of their rights as Brazil and as a people. It retains, without realizing it, the pathological stage set up in the nineteenth century on *Les maladies de l'oreille*. Therefore, deafness is not related to identity - unless this evil demarcate operating ear - but with the enunciation of a body clinically identified as pathological.

Keywords:

Deaf. Deafness.
Pathological identity.

O CONCEITO QUE NOS TOMA

A priori, penso ser importante mostrar os significados atribuídos a dois conceitos: surdo e surdez. Ambos estão sendo enunciados, na maioria das vezes sem nenhuma problematização, no processo de educação das pessoas surdas. Muitos professores de surdos, familiares de surdos e os próprios surdos se apropriaram da surdez como termo constituinte de sua identidade. Embora os dois termos pareçam sinônimos, não são. Surdo, no Brasil e em pleno século XXI, é um dos possíveis fundamentos para agrupamentos sistêmicos cujo objetivo político parece ser sustentar a visibilidade de determinada comunidade formada por pessoas que compartilham entre si uma mesma língua: Libras. Funciona, segundo Assis Silva, como categoria que indica particularidades étnico-linguísticas (2012). Surdo é enunciado como indicativo de povo que se agrupa em função de similaridades coletivizadas: comportamento, necessidades, linguagem, espaços e lugares próprios e especializados para sua permanência momentânea ou para sua circulação. Como se costuma ler em discursos politicamente estruturados, por meio deste modelo de organização é possível certo “empoderamento” do direito e do espaço que cabe às pessoas surdas: comunidades nas redes sociais, escolas, etc. Essa característica do atual significado atribuído à palavra “surdo” soa como resultado de lutas e buscas pretendidas pelos surdos ao longo do século XX. No fundo, o que há é uma certa manipulação política sobre a comunidade de surdos por meio dos seus deveres constituídos (algo que não ocorre apenas com os surdos). De qualquer mo-

do, surdo é uma palavra que representa o orgulho de um grupo de pessoas que não operam socialmente por meio da audição. Seu espaço, seus laços, sua afetividade, sua relação ocorre de modo “imagético”¹⁷.

Contudo, quase todo agrupamento, ou de modo mais científico, a categorização da pessoa surda como grupo étnico linguístico evoca uma série de ações sociais de cunho intencionalmente “inclusivo”: uso constante da Língua de Sinais Brasileira, fixação da identidade surda como legítima e necessária, dia do surdo¹⁸ (como comemoração de seu orgulho), escola bilíngue para surdos e espaços de acolhimento das/para as pessoas surdas. Em São Paulo, por exemplo, inúmeros shoppings da capital expõem, por meio de sua agenda de eventos, os dias de encontros de surdos. Algumas escolas que ensinam Libras para ouvintes propõem a seus alunos que frequentem estes espaços para a efetivação do aprendizado por “imersão”. Isso pode significar que, embora se tenha uma boa intenção, a organização de espaços específicos para surdos também garante uma ação econômica que atende aos ouvintes e que quase sempre carece de comprometimento com a própria comunidade de surdos. O fato é que, nas datas especiais, demarcadas pela burocracia biopolítica que determina e anuncia publicamente a quem pertence o espaço em determinados momentos, ocorrem “os encontros de surdos”, nos quais os lugares do shopping estão reservados e passam a ser prioritariamente dos surdos: isso parece ser bom. É interessante analisar que o mesmo sistema de agrupamento acontece com outras categorias

¹⁷ Como explicitado no livro *O que todo pedagogo precisa saber sobre LIBRAS*. Cf. Campos-Garcia, 2015.

¹⁸ Conforme reza a LEI Nº 11.796, DE 29 DE OUTUBRO DE 2008.

sociais “minoritárias” e/ou suscetíveis ao poder da denominada cultura majoritária: homossexuais e a parada gay, negros e o movimento afro-brasileiro etc.

Mas é preciso ir mais longe, chegar além da comemoração para entender toda simbologia contida nos espaços quando estes são reservados a determinados grupos sociais. É que “surdo”, enquanto palavra da qual emana certo valor simbólico, por si só demarca um espaço político. Foucault (1984) alerta que espaço é aquilo que regula a agitação, os posicionamentos, o lugar de circulação e permanência e, segundo ele, a atualidade vive o tempo dos espaços. Em função do que disse Foucault, é possível entender que todo espaço é politicamente autorizado e esconde em si suas reais intenções. O espaço, os lugares, as dimensões, o campo fechado e o aberto são proposições de condensação pela qual misturas implícitas escondem determinismos de controle. Quando se define o espaço que cabe a cada qual por meio de datas estipuladas previamente, o que se coloca em prática é o controle da circulação dos corpos e o que a eles é permitido: ação biopolítica. O que se coloca em cena é, mesmo que não fique explícito, a anulação do outro na medida em que outras tantas datas não lhe atribuem noção de pertencimento. Por exemplo, quando há algum pronunciamento político, de qualquer chefe de Estado que esteja no poder, e o mesmo não se preocupa com a presença de um interprete de Libras ou de se pronunciar de modo bilíngue, embora ele pense falar a todos brasileiros, no momento em que não faz uso de uma das línguas oficiais do Brasil – a Libras – o es-

paço dos surdos foi diluído¹⁹. O Brasil se torna, politicamente, um lugar restrito a brasileiros ouvintes. Neste sentido, cada um acaba sendo, ainda que metaforicamente, colocado no seu quadrado imaginário e tendo direito ao espaço que cabe a cada qual.

Como exemplo de espaço que cabe a cada qual, inúmeras prefeituras de várias cidades do Brasil começaram a organizar as escolas que atendem os surdos dentro da proposta bilíngue. Mas isso, na visão de um burocrata, custa “caro” porque provoca a necessidade de investimento na capacitação de seus professores, elaboração de materiais voltados às pessoas surdas e a organização do espaço de modo que atenda às necessidades de direito da comunidade surda. Outras inúmeras prefeituras e estados as fecham em função da falta de comprometimento com a educação das pessoas surdas, ou pela falta de certo entendimento sobre o modo como a pessoa surda aprende e, às vezes, por acreditar que os surdos não valem o investimento necessário. Isso é crítico e reduz a discussão ao princípio da servidão: surdos ficam à mercê do poder que emana dos ouvintes.

Como possível exemplo, segundo relatos, em Santa Cruz do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, algumas famílias vivem aflitas temendo o fechamento e/ou modificações na organização e estrutura de uma escola que atende as pessoas surdas de sua região, buscam acordos e articulações para preservar o espaço que consideram seu por di-

¹⁹ Sobre isso, circulou nas redes sociais um protesto que, ainda supostamente elaborado pela comunidade de pessoas surdas, reivindicavam o direito dos surdos às informações políticas e de Estado: acesso.

reito²⁰. Contudo se sentem desprotegidas pelo Estado, sem poder de voz e silenciadas no processo de decisão sobre o fechamento e/ou modificação de sua escola. Mas o poder parece se manter na mão de quem pouco entende sobre a cultura surda. As decisões sobre: Que escola é melhor para os surdos? Como organizá-la? se tornam, em alguns momentos, equivocadas e arbitrárias tanto quanto legalistas. Os surdos, e caberia um estudo mais aprofundado para entender de onde parte a subjetivação, acreditam que a melhor escolha é a escola bilíngue com seu modelo, mas há outras possibilidades? Pedagogos surdos poderiam ser criativos e pensar numa maneira além da estrutura do bilinguismo, ou, de fato, esta é a melhor escolha? Embora não seja novidade, acredito ser importante enunciar que, como relata Lodi (2013), são denominadas escolas bilíngues aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educacional. Mas bilinguismo faz relação, também, com uma experiência cultural e vai além do ensino de duas línguas em modalidades diferentes. Quadros (2005) já havia problematizado esta questão quando falou que o “bi” no bilinguismo faz referência a toda uma construção “nova” no modo de pensar a escola: a questão da língua implica mudanças na arquitetura, nos espaços, nas formas de interação, nas formações de professores bilíngues, de professores surdos e de intérpretes de língua de sinais. É que a questão da língua implica reconhecimento de certo *status* nos níveis linguístico, cultural, social e político (QUADROS, 2005, p.06).

²⁰ Como relatado em grupo com o qual mantenho contato pelo WhatsApp desde janeiro de 2016.

A questão aqui enunciada não se trata de construir uma opinião sobre se determinado modelo de escola é pior ou melhor, mesmo porque isso é relativo e difícil de ser mensurado. A questão aqui exposta tem a intenção de problematizar certos determinismos que se alastram rapidamente, se massificam sem uma possível reflexão crítica sobre o assunto e acabam tendo como produto final certa realidade dos ingênuos. Não se pode negar que toda lei, antes de ser um fundamento para o direito, é a determinação de um dever. No fundo, lá no fundo, ninguém sabe se a escola bilíngue é a melhor para os surdos ou não, ou se há a necessidade de implementação de uma outra pedagogia além do que se ousou denominar ensino bilíngue para surdos. Mesmo porque, ainda que décadas tenham se passado, as escolas bilíngues, entre outras possibilidades, são recentes e estão em experimentação. Acreditar na escola bilíngue é uma coisa, afirmá-la como único modelo é algo bem diferente e arriscado. É preciso cautela. Os surdos precisam ter mais voz ativa nas decisões sobre sua educação escolar, que, do ponto de vista deles, poderia não apontar o bilinguismo como melhor opção, mas quem sabe uma outra pedagogia que contrariasse, inclusive, a obrigatoriedade da aprendizagem da Língua Portuguesa na modalidade escrita. Assim como a oralização, o que impede que a escrita da Língua Portuguesa também seja uma opção? Até quando o direito à cultura de si mesmo estará subordinado a vetos arbitrários a favor de uma política que brota do olhar ouvinte? O que significa para o surdo o aprendizado do Português escrito? A questão é, de algum modo, a pessoa historicamente subjugada ter que, sempre e de alguma forma, se encaixar para

agradar aquele que o avalia segundo sua cultura. O bilinguismo não foge muito desta regra.

Contudo a organização do espaço escolar para recebimento de pessoas surdas representa a ação do Estado para que os agrupamentos sistêmicos desempenhem uma ação direta na sustentação da identidade surda. O fato que não se pode negar é o poder que emana da palavra “surdo” quando esta se impõe, segundo sua reconfiguração, como identidade capaz de reorganizar a sociedade e todos os seus espaços. Quando digo isso é porque, ao emergir como “povo surdo”, sua comunidade provoca a necessidade de reorganização escolar, reestruturação dos espaços públicos e privados, reflexões sobre as diferentes formas de se compartilhar o pensamento etc. Nesse cenário, surdo pode ser entendido como um modelo, um outro sujeito na relação de poder e controle, ou um novo sistema de cotidiano, uma nova dimensão cultural e mais um produto da “indústria cultural da normalidade²¹” porque se adequa às normas designadas politicamente. Nestes termos, surdo passa ser um meio de autorização sobre modos de agir e de ser que, como critica Assis Silva (2012), toma para si um meio de controle através de certo “capital simbólico” produzido pelo Estado. No fundo do poço e em sua gênese, a palavra surdo sempre foi, de modo negativo como no passado ou de modo positivo como no presente, um “capital simbólico” (BOURDIEU, 2015). Mas há um legado que se sustenta por meio de uma “triste” versão contrária. Ela alimenta o preconceito e sustenta ideias equivocadas sobre a pessoa surda. Ainda que estes es-

²¹ Como citado no doutorado - Implante coclear: estudos concernentes à biopolítica, ao biopoder e ao biocapital em III Volumes. Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2015.

paços e lugares, juntamente com o capital simbólico que os abocanha feito uma entranha, pareçam acolher os surdos e lhes oferecer visibilidade, é possível propor pensá-los como limitadores. O limite implica insistentes afirmações como: “a escola para os surdos é a bilíngue”, “no shopping... os surdos se encontram às sextas-feiras” etc. O que sobra é uma penumbra sobre as conquistas da pessoa surda: ela conquistou sua autonomia ou foi capturada pelo controle do Estado? O surdo, por ele mesmo, ainda carece de força institucional e de poder político que lhe de fôlego para constituir a sua própria história. Seria preciso deputados e vereadores surdos para “lutar” por um espaço do próprio surdo. Um poder que emanaria dos surdos a favor dos surdos.

Mas é preciso ressuscitar reminiscências para entender a contemporaneidade e todo o poder de controle que mantém o cotidiano. No passado, antes de 2002, antes do advento da lei 10.436 – lei de Libras, surdo era concebido por muitas pessoas como sinônimo de deficiência a ser curada, necessidade especial a ser observada, problema que provocava tristeza na família, demência que culminava em retardamento. Porém toda esta força simbólica estava contida e representada por apenas uma palavra: “surdez”. Não foi à toa que o Pe. Massa (1888), em sua *Grammatica Analytica da Língua Portuguesa*, alertava que toda palavra, e somente ela, já constitui um discurso primeiro que esconde e revela e/ou desencadeia tantos outros discursos. Em síntese, para Massa (Op. Cit.), a palavra, em si, já é um discurso com discursos contidos em seu plano simbólico. É em função desta reflexão que a palavra “surdez” quando entrou em cena no passado foi sinônimo de “perigo”. Contudo ainda hoje o é. Espanto! Pensemos na política que se coloca

em prática e nas nomenclaturas que se expõem e que circulam socialmente. O próprio Skliar (2011) relata que as escolas se configuravam, e talvez ainda se configurem, como espaços médico-hospitalares mais do que um lugar educacional. O nosso sistema educacional se configura, na maioria dos países, nas antigas proposições da Prússia²², isso provoca, em termos práticos, uma efetivação de seus espaços em locus, hora para preparação militar, hora para “docilização”²³ dos corpos, hora para operação fabril e hora como sanatórios e/ou hospitais no qual corpos patológicos são observados e prescritos numa constante terapêutica. Isso preocupa quando, ainda na contemporaneidade, é constatado que muitas escolas confundem seu espaço misturando-o com lugares não escolares, sem princípio ou proposições puramente pedagógicas. As escolas bilíngues para surdos mudaram este conceito? Se sim, a escola poderá estar no caminho certo, mas se não, e caso contrário, o tempo não provocou mudanças e continua impondo restrições significativas à pessoa surda. A surdez ainda toma seu corpo e o possui feito fantasmagoria na forma de um mal a ser curado.

Há pouco tempo atrás, a circulação das pessoas surdas era restrita em muitos lugares e algumas imposições sobre seu corpo lhes transformavam em alguém dependente das decisões de outrem: pátrio poder, superiores e responsáveis imediatos, médicos e fonoaudiólogos. Pior ainda era a condição posta, por uma pseudociência (mas que tinha

²² Cf. A Educação Proibida. Link para acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=-t60Gc00Bt8>

²³ Como Foucault chama o processo de adequação e formatação do corpo e da mente humana segundo os interesses do Estado em função de sua política econômica da verdade. Cf. Foucault, 2009.

poder de verdadeiro), de que surdos eram acometidos mentalmente. Na ordem do discurso institucionalizado, todo surdo era retardado. Mas a questão é mais séria do que se pode imaginar, e a “biopolítica²⁴” que se instituía em torno da pessoa surda era mais pesada. Lulkin (2011) relata, após uma análise das atas do Congresso de Milão, que a degenerescência era condição da pessoa surda e o fato de não falar lhe alocava num estado de anterioridade no processo evolutivo. Os surdos eram semelhantes aos homens da caverna. Já disse isso em outras publicações e tenho a esperança que, por meio de alguma delas, leitores se conscientizem do conteúdo fascista existente na ata do Congresso de Milão, que pode ser considerado um dos textos que preanunciam uma medicina especista tanto quanto fascista – marca dos séculos XIX e XX.

Não distante da ótica fascista, o período entre o final do século XX e a primeira década do século XXI vive e experimenta uma medicina neoliberal, onde o corpo se torna produto no mercado e as doenças, sejam elas naturais, criadas em laboratórios ou simbolicamente inventadas (como a surdez), um capital lucrativo. Pensar sobre as simbologias que nos cercam, pensar o surdo e a surdez, antes de aprovar sua colocação e circulação na cena seria uma necessidade ética. Mas a medicina neoliberal, que tudo parece abocanhar: escola, família, subjetividade, identidade, é antidemocrática. Tiburi (2015) explica que antidemocrático é todo poder que emana do autoritarismo. Por razões óbvias, o autoritarismo exige a noção de bem e mal ou de bom e mau. Seu

²⁴ Biopolítica é um conceito proposto por Foucault no qual ele explica a atuação do Estado e toda sua política econômica da qual emana as estratégias para controle dos corpos e a ideologia vigente. A grosso modo é uma força que de fora do corpo o penetra de modo que lhe constitui por inteiro, contudo, lhe captura a autonomia e provoca de-subjetivações gradativas. Cf. Foucault, 2008.

discurso convence na medida em que violenta a outra pessoa em sua autonomia. Em função disso, toda construção simbólica sobre a pessoa surda a violenta sem vestígios. Muitas famílias, sem se darem conta, ao seguirem proposições prontas, violentam simbolicamente seus entes. Muitas escolas violentam simbolicamente seus alunos. Muitas pessoas se autoflagelam simbolicamente, despojando-se de si em nome de uma normatividade maior, de caráter legalista e burocrático. A surdez e seu campo simbólico é uma dessas formas de violência simbólica que condena a pessoa a uma marca patológica, a um discurso que o amarra.

Contudo essa condição posta em circulação não se limita a proibições, pelo contrário, ela avança na direção da morte, seja ela simbólica, seja ela real como ocorrera no passado. Como relata Stiker, “na França, as crianças retardadas estavam no mais das vezes misturadas com os surdos-mudos e com os cegos, porque se acreditava que o retardamento acompanhava de fato uma deficiência sensorial” (2009, p. 355). No século XXI, ainda se assiste a um certo “surdicídio autorizado” (CAMPOS-GARCIA, 2015) quando o especismo médico não cessa na busca da erradicação da surdez. Surdez, entendido como patologia, é um mal que habita o corpo da pessoa surda e seus CIDs denunciam sua intenção. Por meio deste modo de pensar, erradicar a surdez significa erradicar os surdos, sua cultura, seu espaço, sua autonomia, sua felicidade, sua constituição humana. Mas o jogo é mais sério, ainda que ocultado por uma biopolítica egoísta. Qualquer um que não se adaptasse ou não se adapte às regras sociais e de comportamento em público era e é considerado um ser alucinado, um louco, anormal e, por isso era digno, e permanece sendo, de tortura e morte, porque era rebaixado, e per-

manece sendo, à categoria de animal não humano. Todavia animal sempre é aquele modo de vida que depende do homem para permanecer vivo; abaixo dele estão os vermes.

Na Alemanha nazista, por exemplo, segundo Cohen, “os doentes sensoriais são olhados como indivíduos inferiores a qualquer animal, uma peste que se propaga e que é alimentada pelo Estado dando a ele muito mais prejuízos do que benefícios” (1992). Mas esta característica não está distante da realidade atual, surdos não oralizados continuam sofrendo com o não reconhecimento do mercado de trabalho, porque o mercado parece temer por prejuízos gerados pela contratação desse alguém. Mas o preconceito e toda gama de sugestões alimentados pelo Estado exatamente atingem homens e mulheres que, segundo Stiker, eram e são considerados pela medicina como “cretinos, idiotas, imbecis, retardados” (2009, p. 354) e, por serem assim avaliados, são “colocados nos hospícios ou hospitais” (STIKER, 2009, p. 354), o que, no período da segunda guerra, poderia ser concebido como “corredor da morte”²⁵, hoje como “plano de erradicação da surdez”.

Apesar disso, o que foi apresentado logo acima parece perturbador e emana certa força negativa. Parece roteiro para filme de terror de Hollywood. Mas não é. Sua raiz, frágil e perigosa, foi sustentada pela criação da surdez como marca de patologia. A surdez é uma marca clinicamente criada e posta em circulação por meio da medicina para explicar a causa de um tipo específico de deficiência mental: aquela causada pela “falta” da linguagem. Óbvio, e acredito ser necessário deixar

²⁵ Fragmento extraído da dissertação de mestrado. Deficiência: gênese e crítica de um conceito.

claro, que essa não é minha opinião e tampouco concordo com essa abordagem, mas assim a pessoa diagnosticada com surdez foi concebida. Traçando um trajeto de sua invenção é possível delinear um roteiro: 1º Deficiência mental, 2º Idiotices comportamentais, 3º Invalidez econômica e de produção, 4º Prescrição da causa: surdez, 5º Ouvido que não funciona e atrapalha todo o resto tornando sua fisiologia e cognitivo debilitados. A lógica era dura e fria e produzia uma visão especista como já citado. Especismo, como define Foucault, em síntese, é o caráter operante de um exercício médico que reduz o ser doente a uma relação do sujeito com um nominalismo da doença, ou seja, nomina-se cada doença para que terapêuticamente se trabalhe especificamente o mal ao invés da pessoa (1980). É neste sentido que a surdez substitui a pessoa surda e passa a ser o seu sentido em nível de existência e corpo. Indica, entre outras coisas, a dor, o mal, a doença, o sinal patológico e/ou a moléstia que dá direito à medicina de tornar a pessoa surda seu objeto experimental. Por isso as duas palavras são antagônicas: surdo é uma enunciação que identifica a pessoa que, entre outras possibilidades, tem sua singularidade no modo de produzir cultura de linguagem, relacional e de operar no cotidiano; surdez é uma identificação de patologia, palavra que funciona como amostragem de algo que não funciona bem e que é digno de reparos. A primeira proposta faz da pessoa um alguém que atua na sociedade, a outra faz da pessoa um objeto em experimentação tanto quanto vulnerável às decisões de outrem.

SURDEZ - QUANDO UMA PALAVRA SE BANALIZA PELO USO

A surdez é uma palavra cujo plano simbólico abarcou, e em alguns casos ainda abarca, uma série de prescrições médicas: perfuração da orelha, acoplamento homem/máquina, procedimentos cirúrgicos e aplicações farmacológicas. Ela está localizada nas enciclopédias produzidas pelo poder clínico e propõe uma série de tratamentos terapêuticos como meios para extinção de sua permanência: erradicação da surdez. Contudo, clínica é uma palavra de caráter intrigante. Ela não significa, como já identificava Foucault (1980) e já comentado por mim anteriormente, especificamente um saber que se restringe aos médicos, enfermeiros, fonoaudiólogos, audiólogos e psicólogos, mas toda uma organização de poder/saber que está acima de seus atores. Seu fundamento tem mais caráter político, administrativo e econômico do que uma real preocupação com a saúde pública, principalmente com a saúde dos pobres. Clínica é uma instância de poder/saber cujo sentido se encontra no controle da vida e da morte.

É dessa estrutura, entendida por poucos, que nasce a proposição de que para cada tipo de surdez há um CID e para cada CID uma forma de tratamento e/ou recomendação curativa²⁶. Ainda que a nomenclatura “surdez” tenha sido substituída pelo termo “perda auditiva”, sua atividade simbólica de mal no corpo permanece. Mas não é contraditório que uma marca clinicamente produzida tenha alcançado o poder de tornar-se termo constitutivo da pessoa surda? Inúmeras publicações, desta primeira década após aprovação da Lei de Libras, trazem a surdez como traço indissolúvel da pessoa surda. Surdez e surdo passaram a ter

²⁶ Cf: <http://cid.ninsaude.com/capitulo/viii/#.VtMVxPkrLFj>

a aparência de sinônimo nas relações educacionais, nos discursos produzidos pela socioantropologia e em inúmeras comunicações em congressos espalhados pelo Brasil. Os surdos sujeitados ao discurso que lhes toma parecem aceitar para si a surdez. O próprio decreto nº 3298/1999, ainda que tenha sido alterado em 2004, quando o assunto é a deficiência auditiva, mantém ativos em suas entrelinhas os significados da surdez. Embora o capítulo IX das disposições finais em seu artigo 4, do decreto de Nº 5.296/2004, reze em seu parágrafo II que a deficiência auditiva é ocorrida e diagnosticada por meio de perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz, por meio da necessidade de aferição, a surdez permanece como necessidade estatística que aguça a curiosidade sobre sua permanência num corpo. A surdez, arbitrariamente, se reduz a um prévio cálculo matemático para possíveis procedimentos clínicos. Foucault (1980) já havia nominado este tipo de procedimento como “esquadro” das doenças. O pensamento de Foucault (Op. Cit.) tem a intenção de exemplificar uma relação que se estabelece de modo arbitrário, na qual e pela qual a variante possível definida clinicamente – como o olho que prescreve – define o parâmetro de normalidade. Contudo, numa cidade rural sem poluição sonora, qual o cálculo de normalidade da audição se comparada com uma cidade como São Paulo e Rio de Janeiro etc? Seria possível então responsabilizar o Estado pelas perdas auditivas em função da poluição sonora? Seria a surdez um mal político de origem econômica? Se os surdos reivindicam a aceitação de que sua condição faz referência a um posicionamento social e de produção de linguagem e cul-

tural que se denomina “identidade surda”, qual a razão da medição de sua capacidade de captação sonora? A quem e para quem serve a medição do grau de audição? Que políticas estão por trás deste interesse? Quando se afere algo para averiguação da normalidade existente em determinado corpo, o que se busca é uma estatística sobre a vida dentro ou fora do que se considera normalidade. A regra, o jogo entre o normal e o anormal é um esquema de formação de hierarquias para organização econômica e de poder, isso já pensava Canguilhem (2009). Talvez, por certa falta de reflexão – porém não é possível refletir sobre aquilo que não é posto às claras – a palavra surdez tenha sido banalizada em seu uso e, com isso, toda política pró “higiene humana” tenha surtido efeito, ainda que no final do século XX e início do século XXI, na medida em que consegue colocá-la em cena e em circulação, preservando toda sua força simbólica: patologia, necessidade de erradicação, necessidade curativa, recuperação orgânica, normalização e normatização por meio de técnicas invasivas. A surdez, que esconde todas as intenções clínicas, se tornou palavra audível e parte constituinte da identidade surda. É preciso questionar sua função: qual a intenção biopolítica econômica/industrial por trás da necessidade da naturalização da surdez como termo constituinte da pessoa surda? Quantos laboratórios, empresas de biotecnologia; quanto o mercado lucra com a naturalização da surdez e sua banalização simbólica? O quanto a surdez provoca na pessoa surda uma relação de vulnerabilidade quando a disputa pelo poder e pelo espaço se dá entre surdos/surdez e ouvintes/normais? Se surdo “sofre” de surdez, podem os ouvintes sofrerem de “ouvintez”?

**SER SURDO É DIFERENTE DE PORTAR A SURDEZ:
POR QUE É PRECISO PENSAR A RESPEITO?
POR UMA CONSIDERAÇÃO FINAL**

Após tudo o que foi delineado, o sentido da surdez e sua evolução, em alguns casos, para o termo “perda auditiva” e sua anunciação como termo constituinte da pessoa surda parecem ter seu propósito. Estão no âmago de uma política para o controle do corpo. Quando a palavra surdez é enunciada por um médico, sua intenção parece ser de calcular o mal que aflige o corpo que opera no “silêncio” e, por assim ser, torna-se diferente do corpo de um ouvinte que opera pelo som. Numa sociedade normativa, a constatação do silêncio permite a prescrição e formação de certo “quadro ou esquadro da doença”. Enfim, o termo exposto, entre aspas, é uma construção feita por Foucault (1980) e exemplifica um modelo que constrói o discurso da verdade por meio de uma vigilância empírica. Não obstante, seu empirismo serve, entre tantas outras coisas, para fazer da prática médica uma ciência classificatória da qual partem as configurações das doenças. Isso indica que as doenças em si podem ser biológicas e/ou politicamente criadas. A primeira refere-se aos meios “naturais”: vírus, bactérias, protozoários. A segunda refere-se às anormalidades por meio de não adequação às regras arbitrariamente definidas: Down, surdez, dislalia, hiperatividade

etc. Essas partem de uma contrariedade à cultura dominante no que tange a estética, cosmética, comportamento e aprendizado. Pela lógica do distúrbio, a homossexualidade já foi classificada como anormalidade e, em nome disso, inúmeros tratamentos dolorosos expuseram homens e mulheres a sacrifícios, penúria, medo, tortura e morte. É que a medicina classificatória parece ignorar as equivalências em nível de habilidades: oralização/sinalização, afetividade heteroafetiva/homoafetiva/biafetiva. Na ordem das classificações, raça ainda é um termo em vigência e subdivide a tonalidade de pele entre brancos, negros e pardos. A raça é humana, e o além é preconceito politicamente instituído. Mas mesmo a “natureza do ouvido”, seja ele de um ouvinte ou surdo, em “plena saúde” ou com surdez, em “atividade plena” ou com perda auditiva, a “natureza” das “raças” que tornam e fazem, pelo discurso, uns se sentirem mais evoluídos que outros, a política do gênero, tudo parece estar ancorado no elemento macho e patriarcal da ciência.

Canguilhem (2005) explica que a saúde é o estado no qual as funções necessárias se realizam insensivelmente ou com prazer. A grosso modo, o que Canguilhem diz é que quando um órgão funciona bem, sem nenhum mal que o acometa, ele funciona de modo que não se sente: a saúde opera sem dor. Eis o indício de um problema posto pela palavra. Se surdos sentem prazer em sinalizar ou o fazem insensivelmente porque lhes é uma habilidade “natural” em função de seu *modus operandi*, onde se localiza a surdez? A surdez se localiza na ação biopolítica que mantém sua atividade classificatória em atividade. Mas a fantasmagoria da surdez permanece ativa e permite que seu espírito

capture, não somente o corpo da pessoa surda, mas a opinião pública. Sem surdez, a atividade curativa, terapêutica e/ou biotecnológica não faz sentido. A essa forma de agir as escolas deveriam estar atentas, principalmente as que trabalham diretamente ou especificamente com pessoas surdas. Ir além daquilo que culturalmente se tornou um costume se fundamenta na necessidade de colocar em prática certa ruptura com a linearidade do passado. Um novo ponto inicial que se fundamentasse na relação pessoa surda/cultura surda sem a incorporação de um dado patológico como termo constituinte da pessoa. Isso como prática é uma necessidade tardia. O problema é que, embora se tente dar outro sentido à “surdez”, seu campo simbólico secularmente constituído se preserva. Por isso, de modo crítico, não considero que surdez seja compatível com o atual contexto da identidade surda, ambos são e estão em lados opostos. Então, o que ocorre é um jogo de linguagem na qual a surdez esconde sua real intenção: definir a anormalidade do surdo. Surdez é marca de patologia, registro de dor, fonte de toda experimentação no ouvido. Marca de uma possível deontologia sobre todos os sacrificios executados com o corpo da pessoa surda. E se a palavra provoca estranheza, deontologia, como explica Habermas (2010), é a moral que fundamenta toda e qualquer modificação sobre o corpo. Apesar disso, a surdez segue sendo enunciada, como se fosse signo metamorfoseado pelo tempo, tendo ela se desprendido de todo o seu conteúdo primário: indicar determinado tipo de patologia. Por meio deste possível pensamento, seu poder de marcar a pessoa se torna mais latente porque engana o olhar na medida em que “diz” e significa uma coisa para o senso comum e informa outra coisa, de modo científico e técnico, para

o poder/saber clínico. Quando a surdez se torna termo constituinte da pessoa surda, não é seu significado que sofreu mutações, mas, e ainda que sem se dar conta, foram os surdos que se encaixaram no esquema do controle dos corpos clinicamente determinado e por ele dominados. O que há é uma certa banalização da palavra. Quando analisados a história da medicina ocidental, a vida dos surdos pós Congresso de Milão e os esquemas políticos e econômicos e de desenvolvimento farmacológico e biotecnológico, o sentido de “surdez” e o sentido de “surdos” se tornam incompatíveis. O primeiro é dado médico, criação clínica, parâmetro de anormalidade, indício e/ou marca de patologia, o segundo, identidade de um povo. É preciso pensar a respeito porque a palavra surdez, na medida em que as tecnologias avançam, passa a dar sentido a construção clínica do termo “portador de surdez”. Surdez indica certo estágio transitório no qual só permanece nele quem quer. A recusa a tratamentos mais “modernos”, como o implante coclear, por exemplo, passa a ter sentido de “querer portar a surdez”. Em função de toda força que da palavra emana, a comunidade surda se fragiliza na medida em que tem poder sobre seu corpo quando pessoa adulta, mas não tem poder sobre o corpo das crianças surdas, cuja decisão por tratamentos invasivos fica a cargo do pátrio poder de pessoas ouvintes. A comunidade surda tem poder sobre o seu espaço formado por pessoas surdas, mas não decide por todos os surdos na medida em que a medicina é quem atua e elabora o discurso de convencimento de que a surdez, ainda que num estágio de experimentação, pode ser erradicada. Portanto surdez e surdo são palavras incompatíveis, cujas forças simbólicas atuam de modo antagônico. Por isso convido a pensar sobre: você

se oferece à sociedade como uma pessoa surda ou portadora de surdez?
Tanto faz?

REFERÊNCIAS

ASSIS SILVA, César Augusto de. *Cultura surda: agentes religiosos e a construção de uma identidade*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

BRASIL. DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004.

BRASIL. DECRETO Nº 3.298 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999.

BRASIL. Lei 10.436 DE 24 DE ABRIL DE 2002.

BRASIL. DECRETO Nº 5.626 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.

BRASIL. LEI Nº 11.796, DE 29 DE OUTUBRO DE 2008.

BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. Porto Alegre, RS: Zouk, 2015.

CAMPOS-GARCIA, Eduardo de. *Implante Coclear: estudos concernentes à biopolítica, ao biopoder e ao biocapital em III Volumes*. Tese (Doutorado). São Paulo, SP: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2015.

CAMPOS-GARCIA, Eduardo de. *O que todo pedagogo precisa saber sobre LIBRAS*. Rio de Janeiro: Wak, 2015.

CANGUILHEM, George. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CAMPOS-GARCIA, Eduardo de. *Escritos sobre medicina*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Outros espaços - 1984*. In: MOTTA, Barros da. (Org.). *Ditos e Escritos: Michel Foucault - Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CAMPOS-GARCIA, Eduardo de. *Vigiar e punir*. Trad. Raquel Ramallete. 36.Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CAMPOS-GARCIA, Eduardo de. *Nascimento da biopolítica*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2008.

CAMPOS-GARCIA, Eduardo de. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

GUZZO, Verónica; DOIN, German. *A educação proibida*. Argentina: Photo Amaral, 2012. 143 minutos Acesso em: <https://www.youtube.com/watch?v=-t60Gc00Bt8>

HABERMAS, Jürgen. *O futuro da natureza humana*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

LODI, Ana Claudia Balieiro. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto número 5.626/05. *Educação e Pesquisa*, v.39, n. 01 Edição Temática. p. 49-63. FE/USP, 2013.

LULKIN, Andrés. O discurso Moderno na educação dos surdos. In: SKLIAR, Carlos. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre, RS: Mediação, 2011.

MASSA, José de Noronha Napoles. *Grammatica Analytica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1888.

QUADROS, Ronice Muller de. *O bi do bilinguismo na educação de surdos*. Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/19638.pdf> acesso em: 01 de março de 2016.

SKLIAR, Carlos. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, Carlos. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre, RS: Mediação, 2011.

STIKER, Henri-Jacques. Nova percepção do corpo enfermo. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História do Corpo II: da revolução à Grande Guerra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 347-374.

TIBURI, Marcia. *Como conversar com um fascista*. 2.Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2015.

TIBURI, Marcia. *Filosofia pop*. São Paulo: Bregantini, 2011.